PERIÓDICOS

AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

ACOMPANHAMENTO DA SAFRA 1980/81

VOL.5 Nº 3

MARÇO DE 1981

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO
DE ECONOMIA

GOMES FRERE
10.IV.81
DR-RIO

BRASIL CORREIO
Cr$ 003,00
M 10 557

Bibl

BIBLIOTECA KARL BOEDECKER
ESCOLA ADMINISTRACAO EMPRESAS FGV
AV 9 DE JULHO 2029 10. AND
01313 SAO PAULO SP
8019

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

COORDENADOR Tito Bruno Bandeira Ryff

QUADRO TÉCNICO E ÁREAS DE INTERESSE

Fatores de Produção; Infraestrutura; Sistema de Safras	Bruno Marcus Rangel Pessanha
Mandioca; Cana-de-Açúcar; Serviço de Dados Básicos	Francisco Antônio da Fonseca Meneses
Agroindústria; Algodão	Inês Teresa Lyra Gaspar da Costa
Olericultura; Fruticultura	Iracema Bouzas Pessôa
Animais de Pequeno e Médio Portes; Feijão; Serviço de Cadastro	Irene Raguenet Troccoli
Milho; Sorgo; Rações; Pecuária Bovina	Ivan Wedekin
Oleaginosas; Trigo; Metais Preciosos	Leila Tendrih de Freitas Almeida
Editoração; Arroz; Cevada; Mamona	Fernando Roberto de Freitas Almeida
Moeda e Crédito; Fumo; Café	Régis Norberto da Cunha Alimandro
Cacau; Comércio Exterior	Rui Melo de Carvalho

QUADRO DE APOIO

Diagramação; Composição; Montagem; Arte-Final	Emerson da Silva Martins
Secretária	Jorgina Leite Lemos
Mensageiro	José de Oliveira Melo Júnior
Serviço de Documentação	Maria Eunice Rocha
Datilógrafa	Suely Diniz da Costa
Estagiários	Benjamin Grosskopf
	Deborah de Almeida Lima
	Teresa Rietra Pereira

"Agroanalysis" é uma publicação do Grupo de Informação Agrícola do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, editada com apoio do Banco Central.

Agroanalysis, v.I – , n. 1 –; 1977 –
Rio de Janeiro, Grupo de Informação Agrícola
v. ilust. 30 cm Mensal (jan. a dez.)

1. Agricultura — Periódicos. I. Grupo de Informação Agrícola

CDU 631 (05)

Grupo de Informação Agrícola
Av. Gomes Freire, 647 – 10º – ZC-58
Fones: 232-5001, 232-6827, 232-8678 e 232-2548
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.000 – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

AGROANALYSIS

FUNDAÇAO
GETÚLIO VARGAS

Instituto Brasileiro de Economia

ÍNDICE

Páginas

Comentários

Algodão 4

Arroz 9

Feijão 14

Milho 17

Soja 21

NOTA DA EDIÇÃO

Pelo segundo ano consecutivo, as safras de verão, sobretudo nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país, apresentaram, de uma maneira geral, resultados positivos, em função tanto de uma expansão da área plantada, quanto de condições climáticas favoráveis. Os cultivos de feijão e de milho registraram progressos significativos em relação à safra anterior e a produção de soja manteve sua tendência de crescimento, embora em ritmo mais lento do que o verificado ao longo da década de 70. É bem verdade que, no caso do feijão, o crescimento da produção, em relação ao ano anterior, não chega a configurar um avanço genuíno, pois deve-se, sobretudo, à volta a um nível normal de rendimentos por hectare, após a grave frustração de safra ocorrida no ano passado.

Menos satisfatórios foram os resultados obtidos com as lavouras de algodão e arroz. A produção de algodão da safra meridional (que compreende as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste) é atualmente estimada em 1,232 milhão de t de algodão em caroço, volume praticamente idêntico ao do ano passado. A estagnação da produção de algodão, em função do encarecimento dos custos de produção e da concorrência de outras lavouras, já tinha sido prevista pelo **Grupo de Informação Agrícola**, *em seu* **Prognóstico da Safra 1980/81**, *publicado em agosto de 1980. Lê-se alí, à página 18: "a possibilidade de manutenção da área plantada parece ser a avaliação mais próxima do que realmente irá acontecer com o algodão na próxima safra meridional (1980/81)"; e, mais adiante, "em condições normais de produção, o volume produzido de algodão em pluma pode repetir o mesmo número alcançado nesta safra (436 mil t)".*

Não obstante a produção de algodão da safra meridional ter permanecido estável em relação à temporada anterior, o suprimento da malvácea, este ano, deverá ser menos problemático do que em 1980. Primeiramente, porque as sondagens iniciais sobre a intenção de plantio nos principais estados produtores do Nordeste (Ceará, Rio Grande

do Norte e Paraíba) revelam um crescimento significativo na área a ser plantada para a safra setentrional: em seguida, porque a liberação das importações, no início de janeiro, contribuiu para aumentar a disponibilidade interna de algodão. Sendo assim, prevê-se, mesmo, a formação de um excedente exportável de cerca de 130 mil t de algodão em pluma; possibilidade essa que é reforçada pelo fato de que, atualmente, os preços internos acham-se 7% abaixo das cotações internacionais.

Até recentemente, esperava-se uma estagnação na produção de arroz deste ano, decorrente de um escasso aumento na área semeada, motivado pelos baixos preços recebidos pelos produtores, na safra passada. Abalada por uma estiagem, porém, a safra deverá reduzir-se ainda mais, embora seu resultado, mais os estoques existentes, possa permitir uma oferta pelo menos igual à de 1980.

Verifica-se, portanto, que, este ano, os problemas do abastecimento a serem enfrentados pelo governo serão bem menores do que em 1980, o que permite prever uma contribuição mais efetiva do setor agrícola ao processo de controle da inflação. A este propósito, vale constatar que, já no ano passado, o crescimento da produção teve, no caso do arroz e da soja, um efeito nada desprezível de contenção dos preços em nível de atacado, como bem demonstra o Quadro 1. É de se esperar que, em 1981, este efeito de contenção dos preços se estenda a outros produtos. Na verdade, alguns indícios nesse sentido já podem ser detectados nos mercados de algodão e de milho, cujos preços nominais, no atacado, caíram 35% e 46%, respectivamente, neste primeiro trimestre do ano.

Pode-se dizer, portanto, que a safra 1980/81 traz um novo tipo de preocupação para o governo, qual seja o de assegurar uma remuneração satisfatória para o produtor rural, condição indispensável à credibilidade da "prioridade agrícola". Com efeito, os preços atualmente recebidos pelos produtores de algodão e arroz se encontram

QUADRO 1

PRODUTOS SELECIONADOS – Variação de Preço Acumulada no Mercado Atacadista de São Paulo no Período jan/dez 1980 (em %)

Algodão	Arroz	Feijão	Milho	Soja
219	29	550	152	85

muito próximos dos preços mínimos de garantia fixados pelo governo e o mercado de milho, por seu lado, se acha em franco processo de queda.

É possível, por conseguinte, que, nos próximos meses, o governo se veja forçado a mobilizar os recursos financeiros necessários à sustentação dos preços de determinados produtos agrícolas, em nível de fazenda. Isto porque a capitalização do agricultor, premissa sobre a qual se baseiam as autoridades econômicas para exigir dos produtores, para a próxima safra, o pagamento de taxas de juros mais altas e uma aplicação maior de recursos próprios no custeio da lavoura, não se efetivará caso a comercialização da produção deste ano venha a ser feita a preços pouco satisfatórios.

COMENTÁRIOS

ALGODÃO

Preços tendem a cair ao longo do ano

A última estimativa da safra meridional 1980/81, elaborada pela CFP, em janeiro, revela que a área plantada deve apresentar um incremento de, no máximo, 4% sobre os hectares cultivados na safra passada. A política do governo para o setor agrícola, consubstanciada nos novos Valores Básicos de Custeio (VBC) e no preço mínimo, pode ser considerada fundamental para este desempenho, pois os reajustes promovidos nestes dois instrumentos foram bem recebidos pelos produtores, na época da sua divulgação.

Contudo, as necessárias reavaliações sobre o custo de produção, motivadas pela conjuntura inflacionária, começaram a tornar pouco satisfatórios os valores fixados para o financiamento de custeio e para o preço mínimo. Assim, a cobertura institucional[1], que girava por volta de 80%, reduziu-se para cerca de 70%, requerendo um aumento de 10% no desembolso de recursos próprios do produtor. Estima-se que os aumentos sofridos pelo preço do combustível na safra passada (50% em setembro de 1979 e 37,9% em dezembro do mesmo ano) tenham reduzido a relação preço de mercado/custo total de produção, que mede a rentabilidade do empreendimento, de 1,43, em média, para a região meridional, para 1,36. Deste modo, o lucro auferido na safra passada (1979/80) só foi suficiente para complementar 19% do custeio da lavoura este ano, enquanto a necessidade de recursos próprios a serem desembolsados pelo lavrador foi estimada em 30%. Da mesma forma, o preço mínimo já começa a perder seu estímulo inicial pois, na época de sua divulgação, registrava uma margem de 15% em relação aos custos de produção[2]. Agora este percentual é de somente 2,5%.

Tais revisões no dispêndio total da lavoura apoiam-se, basicamente, no aumento do custo da mão-de-obra para a colheita, que responde por quase 30% do custo total da lavoura.

Nas lavouras de milho, principal cultura concorrente do algodão este ano, a participação da mão-de-obra não alcança 10% do custo total e, por isso, o aumento previsto no custo da colheita da gramínea terá um impacto bem menos incisivo no desembolso do produtor, tornando seu cultivo mais atraente. Registre-se que as primeiras intenções de plantio já indicavam que haveria alguma substituição do algodão pelo milho, antes mesmo do aumento previsto no preço da mão-de-obra. O preço médio recebido pelos produtores de milho no ano passado, na região Centro-Sul, foi de Cr$ 273,00 pela saca de 60 kg, enquanto o algodão registrou, em média, de fevereiro a maio de 1980, Cr$ 263,50/@ . Isto fez com que a relação entre os preços do algodão e do milho atingisse 3,8. Como este índice se situou aquém da relação de indiferença (4,0) que mede a igualdade de rentabilidade entre o plantio de algodão e o de milho[3], alguns hectares cultivados com o primeiro produto foram cedidos ao segundo, mormente nos estados em que a concorrência pela área é mais acirrada (São Paulo e Paraná).

De fato, o Paraná apresentou um decréscimo na área cultivada com algodão de quase 3%, segundo a CFP, ou de 4,8%, segundo o Deral-PR. Em São Paulo, de acordo com o IEA, a retração de área foi de 2%. Ainda que a CFP não compartilhe da idéia de redução de área neste último estado (suas estimativas demonstram um aumento entre 2% e 5%) é bem provável que o prognóstico do IEA se verifique. Isto porque a elevação de quase 11% nas vendas de sementes este ano — variável indicativa de aumento de área — foi contrabalançada por um menor poder germinativo das mesmas, em decorrência da excessiva umidade verificada durante a colheita da safra 1979/80. Conseqüentemente, é bem provável que a densidade de plantio, que normalmente gira em torno de três sacos de sementes de 30 kg por alqueire, te-

(1) Calculada através da relação: VBC/Custo Variável.

(2) Elaborados pela CFP para a safra 1980/81.

(3) A respeito do cálculo do ponto de indiferença, ver Agroanalysis, vol, 3 nº 5.

nha-se elevado. O IEA, levando em conta este fato, trabalhou com uma densidade de 3,56 sacos/ha, que resultou em uma área de 251,4 mil ha, contra os 256,3 mil ha plantados na safra passada.

No Paraná, a concorrência com o milho foi ainda mais acirrada pois, como este estado colheu a safra passada precocemente — em janeiro já haviam começado as operações de colheita, normalmente iniciadas em meados de fevereiro — os produtores praticamente não tiveram acesso aos maiores preços que se verificaram após o mês de maio do ano passado. Além disso, o valor do produto foi também muito prejudicado em decorrência das chuvas havidas na época da colheita, principalmente em fevereiro, mês em que esta atividade se intensifica, o que resultou numa perda relativa maior da qualidade do produto naquele estado. O tipo 6 de algodão que, normalmente, responde por quase 29% da safra paranaense, obteve, no ano passado, um percentual de participação de apenas 18%. Em São Paulo, a queda da participação deste tipo alcançou 5%.

Nos demais estados que colhem um pouco mais tarde, a elevação dos preços do algodão beneficiado, ocorrida principalmente a partir de maio (ver Agroanalysis, vol. 4, nº 11) melhorou a posição relativa frente às culturas concorrentes. Sendo assim, estima-se que, em Minas Gerais, haja uma elevação da área plantada com o algodão entre 10% e 14%. O maior aumento deve acontecer no norte do estado, que responde por quase 80% da área da cotonicultura mineira. Aquela região do estado beneficiou-se muito com a quebra de produção ocorrida no Nordeste. A maior parte da safra mineira foi comercializada junto com a da região setentrional, que alcançou preços bastante superiores aos verificados na região Centro-Sul. Nesta região, o preço médio recebido pelos produtores foi de Cr$ 262,50/@, enquanto Minas Gerais obteve um preço médio de Cr$ 400,00/@.

Os produtores localizados em Goiás também se beneficiaram com os preços elevados, a partir de meados do ano. Aquele estado concentra sua colheita em época posterior às de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul, o que propiciou aos cotonicultores goianos um preço médio por seu produto superior ao da média do Centro-Sul. Este fator, ao lado da boa produtividade alcançada na safra anterior (2.000 kg/ha), contra 1.600 kg/ha em média para a região meridional) refletiu-se num aumento da área plantada, nesta safra, avaliado em 10%.

No estado de Mato Grosso do Sul, a CFP estima um crescimento de área entre 4,5% e 9%. Tal incremento, porém, deve ser visto com certa cautela, pois a produtividade alcançada na última safra (1.464 kg/ha) além de inferior à média obtida na região Centro-Sul, ficou, também, quase 6% abaixo da registrada na safra 1978/79. Além do mais, neste estado, o preço do algodão alcançou os níveis mais baixos da safra meridional, o que pode ter resultado num índice de rentabilidade bastante precário. Já existem previsões que apontam para uma redução de área de até 5%.

De modo geral, o clima foi propício desde a época do plantio, com exceção do Paraná. As chuvas intensas, o frio e a geada, durante o período de plantio nesse estado (setembro)[4] reduziram ainda mais o poder germinativo da planta, que já vinha sendo afetado pela má qualidade da semente. Contudo, o bom desenvolvimento posterior das condições climáticas pode recuperar a produtividade perdida.

Em Minas Gerais, a prolongada estiagem nesta fase de crescimento da planta pode vir a prejudicar a produtividade esperada, sobretudo na região Norte, onde os rendimentos normalmente ficam bem abaixo da média estadual, em virtude da precária utilização de sementes melhoradas.

Até meados de fevereiro, a cotonicultura na região Centro-Sul apresentava boas condições e apenas uma elevada incidência de chuvas poderia comprometer a produtividade ou a qualidade do produto a ser colhido em março, isto porque, nesta fase — formação de maçãs (Triângulo Mineiro e Goiás), abertura de capulhos (São Paulo, Paraná e Mato Grosso) e, em algumas áreas, início de colheita (Pa-

(4) Normalmente, o mês recomendado é outubro.

raná) — o clima ideal é o seco.

Ao que tudo indica, mantidos os mesmos níveis de produtividade alcançados na safra anterior, a produção de algodão da região Centro-Sul, medida em algodão em caroço, poderá alcançar até 1,243 milhão de t,[5] resultado 1,0% acima do obtido na safra anterior (ver Quadro 1).

A safra nordestina, que completa o quadro da produção brasileira, deverá apresentar incremento na área cultivada, em virtude dos elevados preços conseguidos no ano passado. Estes se deveram à excessiva especulação motivada pela quebra ocorrida na safra da região, em 1980 (ver Agroanalysis, vol. 4, nº 11). Além disso, o preço mínimo divulgado recentemente (Cr$ 780,00/@) situou-se 190,5% acima do vigente no ano passado e 21% mais elevado do que o nível de preços recebido pelos produtores naquele ano, o que o tornou bastante atraente.

Nos principais estados produtores nordestinos (Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba) as primeiras sondagens sobre a intenção de plantio revelam um crescimento de 5%, 8% e 5%, respectivamente, na área a ser plantada para a próxima safra 1981/82. É possível, contudo, que o incremento pretendido na área possa ser inibido pela disponibilidade de sementes para plantio, constituída basicamente do próprio caroço do algodão. Grande parte dos estoques remanescentes e da produção de sementes obtida na safra passada pode ter sido desviada para esmagamento, já que o preço da torta de algodão (utilizada na alimentação bovina, atividade complementar ao cultivo do produto) alcançou níveis bastante elevados, em virtude do encarecimento da matéria-prima. Assim, pode ter sido

(5) Equivalentes a 438 mil t de algodão em pluma.

QUADRO 1

BRASIL — Estados Selecionados: Estimativa de Área, Produtividade e Produção do Algodão para a Safra 1980/81 com Relação à Safra 1979/80

Estados	Área Plantada (mil ha)		Produtividade (kg/ha)		Produção (mil t)	
	1979/80	1980/81	1979/80	1980/81	1979/80	1980/81
São Paulo	256,3	251,4	1.822	1.822	467,0	458,0
Paraná	337,0	326,0/337,0	1.683	1.700	567,2	554,2/572,9
Minas Gerais	90,0	99,0/103,0	750	750	67,5	74,2/77,2
Goiás	31,0	33,0/34,0	2.000	1.962	60,8	66,0/68,0
Mato Grosso do Sul	44,0	42,0	1.464	1.500	64,4	63,0
Mato Grosso	4,0	4,0	1.100	1.100	4,4	4,4
Região Centro-Sul	762,3	775,4/771,4	1.615	1.612/1.615	1.231,3	1.219,8/1.243,5

FONTE: CFP e IEA (para o estado de São Paulo).

prejudicada a oferta de sementes, já diminuída pela quebra da safra. Neste caso, se forem mantidos os 3 milhões de ha plantados na safra passada, repetindo-se os níveis normais de produtividade (cerca de 200 kg/ha) a produção de algodão (em pluma) alcançaria cerca de 180 mil t.

No entanto, como o clima não se tem mostrado totalmente favorável ao plantio do produto, pode-se admitir, numa postura cautelosa, que os estados nordestinos produzam este ano entre 160 e 180 mil t de algodão em pluma. Deste modo, a safra brasileira de algodão se situaria num intervalo entre 598 e 618 mil t, em 1981.

A se confirmarem tais previsões, a performance do suprimento de algodão, este ano, será bastante diferente da ocorrida no ano passado, que se caracterizou por elevados preços, em função da redução da oferta de tipos superiores (6 para melhor) que suprem cerca de 80,5% da demanda industrial (ver Agroanalysis, vol. 4, nº 11).

Do volume a ser produzido, estima-se que entre 437 e 456 mil t seriam de fibras de melhor qualidade (total 42%, em média, superior ao volume obtido no ano passado) que, adicionadas aos estoques remanescentes destas fibras (93 mil t) perfariam um total de 530 a 549 mil t. Provavelmente, deste volume, somente 467 mil t serão consumidas pelo mercado interno, uma vez que o consumo total de algodão não deverá apresentar grandes modificações, em relação ao ano passado, quando foram demandadas cerca de 570 mil t. Para este ano, estima-se que a demanda ficará em torno de 580 mil t.

Tal previsão leva em conta as dificuldades que a indústria têxtil obteve com a venda de seus produtos para o exterior, notadamente a partir do segundo semestre do ano passado e a não-absorção, a contento, pelo mercado interno, do excedente que não foi colocado no mercado internacional. Ademais, o setor vem-se posicionando cuidadosamente na previsão das exportações deste ano. Além da redução da competitividade dos nossos têxteis, o mercado interno, em função do aperto creditício, dificilmente absorverá os produtos que não conseguirem ser escoados para o exterior, sem grandes perdas de rentabilidade para as empresas.

Considerando-se, ainda, as importações de algodão, recentemente liberadas pela Cacex, de cerca de 31,8 mil t de algodão superior, o excedente gerado de fibras de algodão de melhor qualidade se situaria entre 95 e 114 mil t, suficientes para abastecer as indústrias, para dois e meio a quase três meses de consumo (ver Quadro 2).

Os reflexos, sobre os preços, desta situação de folga no suprimento já começaram a ser sentidos. As cotações do algodão (base tipo 6) no início de janeiro para entrega em março (primeiro futuro) reduziram-se de cerca de Cr$ 2.500,00/@ para Cr$ 1.860,00/@ , em meados de fevereiro, e todas as variáveis que cercam a comercialização do produto demonstram que os preços apresentarão uma trajetória declinante, pelo menos durante os primeiros seis meses de 1981.

Quanto à comercialização, a elevação dos juros relativos aos Empréstimos do Governo Federal em relação à safra passada (de 29% para 45%, em nível de produtores e cooperativas e 65% para beneficiadores e indústrias) possivelmente desestimulará a formação de estoques, pois só compensaria a tomada do empréstimo se a valorização do produto superasse a taxa de 4,3% ao mês (juros de 65% a.a.) o que não parece possível.

Ainda que a estrutura de comercialização do algodão, caracterizada pela excessiva participação das usinas particulares, permita que os empréstimos deste último segmento sejam feitos em nome dos produtores (cuja taxa de juros é 20% mais baixa) o fato de as indústrias têxteis se sentirem inibidas em manter um estoque de segurança acima de um mês de consumo provavelmente desestimularia tal prática.

Do mesmo modo, medidas paralelas com respeito aos EGFs poderão vir a ser tomadas, visando reduzir ao mínimo a permanência do produto sob a forma deste empréstimo. Ventilam-se prazos menores para as remissões ou, então, remissões mais acentuadas durante os nove meses de contrato. Além disso, o produto beneficiado não será integralmente financiado com base no preço mínimo.

Outro fator que já está atuando como compressor dos preços foi a

liberação das importações, no início de janeiro, que, se efetivamente contratadas neste mês, chegariam na época da entrada da safra Centro-Sul, em março/abril. Quando estas importações foram pleiteadas pelo setor industrial, em setembro/outubro do ano passado, não só os preços internos (tipos nordestinos, então os únicos disponíveis) se encontravam quase 40% mais caros do que os preços internacionais (posto Brasil) como também o produto importado viria recompor a qualidade dos têxteis exportados, já que tais importações seriam contratadas pelo regime de *draw-back*. A nova safra, contudo, será suficiente para recompor a qualidade dos artigos têxteis e a defasagem entre os preços internos e internacionais já não mais existe. Na verdade, os preços internos acham-se 7% abaixo das cotações internacionais.

Como a tendência do mercado

QUADRO 2

BRASIL – Estimativa do Balanço de Oferta e Demanda de Algodão em Pluma Discriminado por Tipos – Safra 1980/81 – em mil t

	Fibras Melhores (tipo 6 para menos)	Fibras Piores (tipo 6/7 para mais)	Total
A – Estoques iniciais	93,4	35,4	128,8
B – Produção	437,0/456,0	161,0/162,0	598,0/618,0
Centro-Sul	285,0 (2)	153,0	438,0
Norte-Nordeste	152,0/171,0(3)	8,0/9,0	160,0/180,0
C – Importação	31,8	–	31,8
D – Suprimento	562,2/581,2	196,4/197,4	758,6/778,6
E – Consumo	467,0(4)	113,0	580,0
F – Excedente	95,2/114,2	83,4/84,4	178,6/198,6
G – Estoques de Segurança(1)	39,0	9,0	48,0
H – Excedente Exportável	56,2/75,2	74,4/75,4	130,6/150,6

(1) Suficiente para 1 mês de consumo.
(2) Cerca de 65% da safra.
(3) Cerca de 95% da safra.
(4) Cerca de 80,5% do consumo previsto.
FONTE: CFP, IEA, Cacex, Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Estado de São Paulo.

internacional é de pequena elevação nos preços, a defasagem tenderá a favorecer ainda mais os tipos brasileiros. Mesmo que estas importações já não mais atendam aos objetivos que conduziram à sua solicitação, é provável que as indústrias que as pleitearam não peçam a suspensão das compras no exterior. Ainda que tais importações não venham a se concretizar, interessa, ao menos, mantê-las como um espectro, como forma de provocar a redução das cotações no mercado interno. Sendo assim, não causará surpresa se os preços do produto beneficiado chegarem bem próximo do nível mínimo fixado pelo governo (Cr$ 1.429,00/@ para o tipo 6, tipo médio da safra).

É com base neste quadro e no atraso da liberação dos EGFs, que as compras dos algodões *in natura* pelas usinas de beneficiamento, nas zonas em que a colheita está mais adiantada, vêm-se processando com grande morosidade. Em janeiro, a previsão dos preços de comercialização do algodão em caroço girava em torno de Cr$ 800,00/@ e já há negócios sendo feitos à base de Cr$ 600,00/@ , enquanto o preço mínimo fixado é de Cr$ 475,20/@.

Este nível de preços (Cr$ 600,00/@) ainda que se situe 128,6% acima, em termos nominais, do preço médio comercializado na safra passada, está oferecendo um retorno líquido menor, em virtude da elevação, em 140,0%, dos custos de produção.

ARROZ

Estoques elevados compensarão as perdas da estiagem

A disseminação da orizicultura ao longo do território brasileiro fundamenta-se na possibilidade de cultivo do cereal sob diferentes condições de produção. Segundo o Programa Nacional de Pesquisa de Arroz, da Embrapa, além dos dois principais sistemas de produção, com emprego de irrigação e em condições de sequeiro, devem ser considerados os sistemas de irrigação não controlada e de saturação natural do solo (ambos em várzeas).

Aos dois primeiros, em conjunto, couberam, em 1979, 89,4% e 86,2% da área e da produção de arroz, respectivamente, no país. O sistema de sequeiro, sozinho, foi responsável por 77,4% da área e por 58,6% da produção. Correntemente, porém, agregam-se aos números deste sistema a área ocupada pelas lavouras que não possuem irrigação controlada e, sim, eventual. Deste modo, o arroz de sequeiro passa a responder por quase 90% da área plantada da orizicultura, no Brasil.

Na atual safra, cuja colheita está-se iniciando em algumas regiões, o arroz de sequeiro ainda não apresentou problemas, na quase totalidade das áreas produtoras. Da vulnerabilidade destas lavouras depende o volume final da safra e são elas que conferem ao arroz um incômodo segundo lugar, em termos de risco, entre as culturas temporárias, de acordo com dados do Banco Central (a primeira é o trigo).

Um incipiente veranico* em Goiás (onde este fenômeno não ocorria há, pelo menos, três safras) e em Minas Gerais e a localização de focos de brusone no Maranhão são, até o momento, as únicas irregularidades detectadas na safra. No entanto, como estes três estados, em conjunto, respondem por 39% do volume estimado para a colheita, a evolução, ou a seqüela, dessas ocorrências poderá refletir negativamente na produção.

O Quadro 1 apresenta as parcelas que cada região brasileira ocupou no total da produção e da área plantada, na safra 1979/80, e a maneira como se distribuiu o cultivo, pelos principais sistemas de produção.

A vigência de condições climáticas satisfatórias, até a colheita, propiciará a obtenção de bons índices de produtividade em todo o país. Assim, mesmo não havendo, ainda, dados definitivos sobre a real evolução da área cultivada nesta safra (ao que parece, teria havido um pequeno incremento — ver Agroanalysis, vol. 5, nº 1) parecia razoável supor, até recentemente, que o volume obtido na safra passada seria ultrapassado, ainda que ligeiramente. Isto não mais deverá ocorrer, visto que as estimativas para a atual safra atribuíam-

* O veranico é responsável por mais de 80% dos pedidos de PROAGRO, pelos orizicultores.

lhe um volume apenas 0,12% superior ao da safra 1979/80.

No entanto, mesmo considerando a quebra nas regiões afetadas pela estiagem, a nova safra ainda terá condições de apresentar um resultado que, associado aos estoques do produto, propiciará uma oferta do cereal maior do que a do ano passado.

Mais uma vez, os maiores aumentos na extensão das áreas cultivadas com o cereal verificaram-se em regiões "novas" para a agricultura (Rondônia e Maranhão, por exemplo, tiveram acréscimos de 10% na área cultivada). As taxas de crescimento do cereal nestas áreas são representativas do processo de desmatamento e/ou de pecuarização lá em andamento. Através do Quadro 2, pode-se observar a rapidez com que o arroz avança em terras de fronteira agrícola e sua placidez (Rio Grande do Sul, Minas Gerais) ou, mesmo, recuo (São Paulo) em áreas tradicionais.

Evidentemente, os motivos para estes comportamentos foram diferentes, em cada região. No entanto, podem ser identificados com facilidade, em linhas gerais. Assim, atuando contra a expansão da orizicultura aparece a maior rentabilidade do milho e da soja no Sudeste, no Paraná, sul de Goiás e Mato Grosso do Sul; a favor, operam a adequação da cultura ao processo de desbravamento e de formação de pastagens, no Mato Grosso, norte de Goiás e Maranhão e a onerosa convertibilidade dos fatores de produção, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, que favorece a inércia da cultura na região.

A safra 1980/81 não repetiu o espetacular incremento no plantio verificado na temporada passada (+16%), o que se deveu à escassa atratividade que o cultivo do cereal apresentou aos produtores. No Rio Grande do Sul, por exemplo, região em que as altas

QUADRO 1

ARROZ EM CASCA – BRASIL: Participação das Regiões na Produção e na Área Plantada Totais e Participação dos Sistemas de Produção na Área Plantada, por Região (%)

Região	Área Plantada	Produção	Sistema de Produção		
			Irrigado	Sequeiro	Várzea Úmida
Norte/Nordeste	24	20	–	100,0	–
Centro-Oeste	41	30	0,5	99,5	–
Sudeste	16	14	9,6*	83,0	7,4*
Sul	19	34	59,0	41,0	–

* apenas Minas Gerais e São Paulo.
FONTE DOS DADOS BRUTOS: FIBGE, CFP, Embrapa.

produtividades obtidas pelos orizicultores representam sempre um estímulo ao plantio (além da existência de uma sólida infra-estrutura) as primeiras intenções de plantio apontavam para uma ampliação de até 3% na área semeada. Com o passar do tempo, as expectativas se acomodaram e, atualmente, enquanto o Instituto Rio-Grandense do Arroz admite uma expansão de 1% no cultivo do produto, a Comissão de Financiamento da Produção vem optando por um intervalo entre a redução de 2% na área plantada e a simples repetição do plantio da safra 1979/80.

O volume colhido na safra passada foi, aliás, responsável pela calmaria reinante no mercado orizícola, em 1980. Isto permitiu que, após sucessivas adoções do tabelamento, em anos anteriores, o governo federal se limitasse a alterar os mecanismos de comercialização, no início do ano comercial. Naquela ocasião, os preços do cereal, no atacado, pareciam elevar-se em demasia, num momento em que ingressava no mercado uma safra recorde.

Os Quadros 3 e 4 mostram como evoluíram, em termos nominais e reais, os preços recebidos pelos orizicultores, nos principais estados produtores, desde a entrada da safra, até o início do plantio, na maior parte das zonas de produção.

Também os instrumentos de política agrícola não foram favoráveis ao arroz e, sem dúvida, influenciaram a formação das intenções de plantio dos produtores. De fato, entre as lavouras de verão, o arroz foi o menos aquinhoado, no que se refere ao reajustamento dos Valores Básicos de Custeio. Além do mais, embora os VBCs estabelecidos para as faixas de produtividade do arroz irrigado tenham sido reajustados, em termos reais, acima da inflação (mesmo assim sem agradar aos orizicultores) os VBCs para o arroz de sequeiro apresentaram recuos reais de 14,1%, na faixa entre 1.001 e 1.600 kg/ha, e de 10,4%, na faixa acima de 1.601 kg/ha. No entanto, o caráter rústico desta exploração não permitiu que os VBCs se transformassem em obstáculo ao plantio.

No Rio Grande do Sul, porém, o VBC estipulado para a maior parte dos produtores foi de Cr$ 25.800,00 e, embora se situasse apenas 8,6% abaixo do calculado pelo IRGA (Cr$ 28.032,03) correspondia tão somente a 80% de financiamento, nas lavouras de maior extensão.

QUADRO 2

ARROZ EM CASCA: Estados Selecionados — Taxas de Crescimento Anual da Área Colhida e da Produção 1955/73 — (%)

Estado	Área Colhida	Produção
Rondônia	35,70	36,73
Mato Grosso	9,94	10,40
Amazonas	8,18	8,81
Goiás	7,79	5,09
Maranhão	6,49	6,51
Santa Catarina	4,44	4,06
Rio Grande do Sul	2,28	4,26
Minas Gerais	2,02	0,51
São Paulo	-0,73	-1,89

FONTE: Evolução Recente das Culturas de Arroz e Feijão no Brasil — O. Queda, A. Kageyama, J. F. G. da Silva, BINAGRI, 1979.

Quanto ao preço mínimo, seu reajuste, de 125%, parece ter sido efetuado com a intenção de compensar os baixos Valores Básicos de Custeio. Na ocasião de sua divulgação, os preços de mercado, em nível de produtor, oscilavam entre Cr$ 500,00 e Cr$ 600,00, por saca de 50 quilogramas e o preço mínimo foi fixado em Cr$ 720,00/50 kg. A persistência de elevadas taxas de inflação indicava que o preço mínimo estaria corroído, quando chegasse a época de sua utilização, que se está iniciando.

Atualmente, os preços pagos aos orizicultores pela saca de 60 kg estão em torno de Cr$ 750,00 e, em algumas localidades, no Centro-Oeste, mal superam Cr$ 400,00. Tal configuração, porém, deve-se à grande oferta do produto e ao escoamento deficiente da produção de algumas regiões.

Embora, aparentemente, o preço mínimo possa ser uma alternativa para a colocação do produto, os preços de mercado deverão elevar-se, dando ao produtor outras opções. Com efeito, o custo de produção da atual safra, em relação à precedente, esteve acima da inflação e o deslocamento do cultivo do cereal para áreas mais distantes dos centros de consumo implicou maiores custos de transporte, estes também em rápida ascensão. Estes fatores obrigarão o produtor a procurar a melhor remuneração possível. Avaliações preliminares, feitas nas áreas de produção, sugerem que o "preço justo" seria, atualmente, pelo menos 50% superior ao atual preço mínimo de garantia. Contudo, esta cotação poderá não ser alcançada, caso o elevado volume esperado para a safra se confirme. Isto acontecendo, não ocorrerão altas significativas nas cotações do produto, nos próximos meses.

O Quadro 5 apresenta as estimativas de oferta e demanda do cereal em 1979/80 e 1980/81. Os números esperados para esta última

QUADRO 3

ARROZ EM CASCA: Principais Estados Produtores — Evolução Nominal dos Preços Médios Recebidos pelos Produtores (março de 1980 = 100)

	abr	mai	jun	jul	ago	set	out
Rio Grande do Sul	103	106	108	113	122	137	146
Maranhão	95	109	115	119	120	132	154
Goiás	96	110	116	118	122	124	127
Mato Grosso	92	106	114	119	123	124	128
Minas Gerais	88	96	99	106	112	114	119
Paraná	100	104	107	114	122	132	142

FONTE DOS DADOS BRUTOS: SIBRATER.

safra poderão ser atingidos, se a estiagem nos arrozais goianos e mineiros não afetar demasiadamente o resultado da colheita, naquelas regiões. Mesmo se isto se verificar e, apesar de o consumo estimado para 1981 superar ligeiramente o volume esperado para a safra (9,66 milhões de t de arroz em casca, contra 9,65 milhões de t a serem colhidas) os estoques existentes no mercado e em poder do governo são capazes de impedir elevações "indesejáveis" dos preços do produto.

Sendo assim, a maciça contratação de EGFs esperada já para fins de fevereiro, poderá transformar-se, logo, na realização de AGFs, uma vez que a posição dos estoques, a abundância da safra e os altos juros dos créditos de comercialização não recomendarão esperar pela recuperação do mercado.

A Comissão de Financiamento da Produção, por seu turno, iniciará, no começo de março, aquisições do produto em regiões de fronteira agrícola, através dos Postos Volantes de Compra, com vistas ao aumento da participação governamental nos estoques de arroz. Pretende, com isto, que o Estado passe das 165 mil t de arroz em casca (exceto o arroz importado), sua parcela do superávit de 1,258 milhão de t da safra 1979/80, para uma parcela mais significativa, que configure, de fato, um estoque de segurança.

Ao que tudo indica, 1981 dispensará, como 1980, o recurso ao tabelamento. Dificilmente, os consumidores serão onerados com maiores gastos com arroz. Resta saber como se comportarão os produtores, no próximo plantio.

QUADRO 4

*ARROZ EM CASCA: Principais Estados Produtores — Evolução Real dos Preços Médios Recebidos pelos Produtores *(março de 1980 = 100)*

	abr	mai	jun	jul	ago	set	out
Rio Grande do Sul	97	94	91	88	88	94	93
Maranhão	90	97	97	93	87	91	99
Goiás	90	98	97	92	88	85	81
Mato Grosso	87	94	95	92	89	85	82
Minas Gerais	65	66	64	64	63	61	59
Páraná	95	92	90	88	89	91	91

* valores correspondentes a dezembro de 1980, col. 2, Conjuntura Econômica.
FONTE DOS DADOS BRUTOS: SIBRATER.

QUADRO 5

ARROZ EM CASCA: Brasil — Balanço de Oferta e Demanda
Safras 1979/80 e 1980/81 — (1.000 t)

	Estoque Inicial	Produção	Oferta	Consumo	Excedente	Importação	Estoque Final
1979/80	620	9.638	10.258	9.000	1.258	368	1.626
1980/81	1.626	9.650	11.276	9.660	1.616	—	1.616

FONTE: CFP/Banco do Brasil/CIEF.

FEIJÃO

Mais uma vez, repetem-se os velhos problemas

A situação da atual safra de feijão, de acordo com as condições vigentes até o início do mês de fevereiro, parecia indicar um quadro mais favorável para o abastecimento do mercado interno, em 1981, do que aquele que se configurou no ano passado. De fato, até aquele momento, existia a expectativa de que a oferta da leguminosa viesse a somar 2,5 milhões de t, volume 6,5% superior ao consumo verificado nos três últimos anos.

As razões para que se esperasse tal recuperação encontravam-se, justamente, no aperto verificado no suprimento de feijão na safra 1979/80, que apresentou o mais precário balanço entre oferta e demanda, desde 1976, pois a produção e os estoques remanescentes somaram somente 2,199 milhões de t (contra um consumo potencial estimado em 2,5 milhões de t). O atraso das importações contribuiu também, para que, ao final deste último ano-safra, o suprimento total da leguminosa somasse apenas 2,213 milhões de t, significando, conseqüentemente, um déficit de 286,8 mil t do produto. Tal situação revelou-se especialmente grave para o feijão preto, na medida em que, naquele ano, efetivaram-se somente 80% do consumo potencial desta variedade, calculado em 690 mil t.

Na verdade, o ano-safra 1979/80 foi o desaguadouro de uma série de falhas estruturais inerentes ao cultivo do feijão no país que, associadas a uma conjuntura climática particularmente adversa, fez com que a crise, inicialmente circunscrita ao abastecimento, assumisse dimensões políticas, deixando as autoridades governamentais da área em situação extremamente delicada, ao longo do processo de tabelamento do preço do feijão preto e da distribuição do produto importado, no Grande Rio.

Desta forma, tornou-se necessária a busca de uma recuperação da cultura feijoeira, o que implicava, também, a eliminação das deficiências do abastecimento à população. Para isto veio contribuir, já no atual ano-safra, a violenta elevação dos preços, derivada da quebra da safra anterior, impelindo os agricultores a aumentarem a área cultivada. A título de exemplo, no Paraná, o preço em nível de produtor, para o feijão de cores, entre julho e outubro do ano passado, apresentou uma elevação real acumulada de 61%, muito embora, já no ano anterior, tivesse experimentado, no mesmo período, alta real de 41,8%.

Deve-se levar em conta, também, que o governo federal procurou incentivar a cultura, utilizando-se, principalmente, dos valores básicos de custeio aprovados para a atual safra das águas (em que pese o atraso da sua divulgação) uma vez que os aumentos reais do financiamento de custeio para esta lavoura foram os mais elevados dentre aqueles concedidos às culturas de abastecimento interno.

De acordo com estudo elaborado pela Secretaria de Agricultura do estado do Paraná, os VBCs fixados pelo Conselho Monetário Nacional, concernentes às faixas de produtividade mais comuns naquele estado (de 401 a 600 kg/ha e de 601 a 800 kg/ha) foram, respectivamente, 21,7% e 3,3% superiores aos valores propostos por aquela Secretaria.

Também o reajuste do preço mínimo em relação àquele que vigorou na safra das águas 1979/80 (50,5% em termos reais) espelhou a intenção governamental de oferecer ao produtor um suporte de mercado compatível com os custos de produção, não obstante a defasagem existente entre o preço mínimo e os preços efetivamente praticados na comercialização, em razão da vultosa quebra da safra passada.

Dados oficiais revelam que foram plantados cerca de 2,043 milhões de hectares com feijão na recente safra das águas. Ressalte-se, a propósito, que o cálculo dos primeiros números, feito por órgãos governamentais, no atual ano-safra, revestiu-se de certa cautela, ao contrário do ocorrido em 1980, quando foram divulgadas previsões de produção que só se concretizariam em condições agro-climáticas ideais. Com efeito, a vulnerabilidade desta cultura e sua deficiente estrutura produtiva costumam invalidar avaliações excessivamente otimistas. No caso, mesmo sendo 5,9% superior à área média colhida nas cinco últimas safras das águas, a área plantada com a safra das águas 1980/81 ressentiu-se não só da crônica falta de sementes, como também do aperto na disponibilidade de grãos para o plantio. Dificuldades climáticas observadas em algumas regiões produtoras contribuíram, também, para prejudicar o volume da safra, a exemplo do ocorrido no Paraná e, mais recentemente, em Irecê.

Naquele estado, a oferta de sementes fiscalizadas foi suficiente para o plantio de apenas 8% da área estimada, calculando-se que a produção tenha sido 15% inferior à inicialmente esperada, após a ocorrência de baixas temperaturas e irregularidade de chuvas, que acarretaram diminuição do rendimento médio (de 732,5 kg/ha para 700 kg/ha).

Já na Bahia, os produtores de Irecê viram frustrados seus planos de obterem uma colheita próxima às 259 mil t inicialmente esperadas, uma vez que a seca que castigou a região nos meses de fevereiro e março levou a que a última avaliação da safra daquela micro-região apontasse para a obtenção de somente 87 mil t do produto. A queda de 63,2% no rendimento físico da lavoura nesta região expressa a violência da estiagem naquela área, uma vez que seu desempenho nos últimos anos vinha-se colocando acima da produtividade média nacional.

O volume de 1,335 milhão de t de feijão calculado, em janeiro, para a atual safra das águas,era bastante elevado, se comparado à média obtida nas três últimas safras das águas (1,148 milhão de t). Tal estimativa derivava da suposição de que o rendimento físico médio da cultura situar-se-ia acima daquele observado nos últimos anos, alcançando 653 kg/ha, tendo em vista que a ocorrência de pragas e de doenças nas regiões produtoras não ultrapassou os níveis considerados normais para a cultura.

No entanto, a despeito de as condições climáticas em diversas áreas

produtoras terem sido consideradas razoáveis oú, mesmo, boas, deve-se encarar com reservas a possibilidade de a safra das águas 1980/81 ultrapassar 1,2 milhão de t. De qualquer forma, caso a colheita tenha atingido algo em torno deste valor, ter-se-á caracterizado uma reversão da tendência declinante verificada nas duas últimas safras das águas, num ganho aproximado de 14,0% (ou 150 mil t) sobre a média da produção obtida nestes anos.

Este primeiro passo para uma melhoria do abastecimento de feijão durante o ano em curso, porém, continua apresentando problemas no caso específico do feijão preto, uma vez que o volume obtido desta variedade na atual safra das águas não deve ter ultrapassado 490 mil t. Esta cifra seria, assim, o primeiro indício mais concreto de que sua produção, este ano, poderá, à semelhança do ocorrido no ano passado, ficar abaixo do consumo estimado pelos órgãos oficiais, mesmo levando-se em conta o que deverá ser obtido na safra da seca. Neste caso, haveria a necessidade de se complementar a oferta doméstica do produto com aquisições no exterior, para que sejam preenchidas as 700 mil t estimadas para o consumo.

A venda do feijão preto importado no Grande Rio por um preço muito abaixo do verificado no mercado livre, durante a época de plantio do feijão das águas da safra 1980/81, atuou decisivamente de modo a manter viva a possibilidade de novos tabelamentos da variedade durante o ano em curso, prejudicando uma possível expansão da área cultivada. Ao fim do tabelamento e à época de entrada da safra, seguiu-se a decisão de se continuar a vender o restante do produto importado por um preço reajustado (mas ainda controlado). Isto gerou, no produtor, uma tendência à retenção do produto novo, na expectativa de que, com o fim, tanto do estoque do produto importado, como da colheita desta safra, os preços voltassem a subir.

De qualquer forma, nada definitivo pode ser traçado a respeito do rumo da política de abastecimento da leguminosa durante este ano, antes que se definam as primeiras tendências da safra da seca. É de se esperar, porém, que, como as condições climáticas no Nordeste vêm sendo desfavoráveis, em plena época de plantio, o montante a ser obtido nesta segunda safra situe-se abaixo daquele verificado nos últimos anos em que ocorreram condições climáticas normais, ou seja, inferior ao intervalo entre 1,1/1,2 milhão de t. Isto significa que aquela região produtora certamente não conseguirá, este ano, retomar seu nível tradicional de participação (50%) no total nacional da safra da seca (na safra 1979/80, o produto nordestino representou apenas 39,8% do total do país). Mantém-se, desta forma, o espectro de novas e, mesmo, maiores dificuldades no abastecimento específico de feijão macaçár, cuja oferta, no ano passado, ao alcançar tão somente 216 mil t, situou-se 5,9% abaixo do consumo estimado.

Conseqüentemente, parece inevitável que venha a ocorrer uma alta acentuada nos preços das diversas variedades de feijão durante o atual ano comercial. De fato, pressionados por uma demanda elevada, os preços pagos ao agricultor em diferentes regiões (mesmo que longínquas) assumem um ritmo ascendente tipicamente especulativo, tão logo se divulgam informações referentes a quebras em importantes zonas produtoras.

Paralelamente, ganha maior força a possibilidade de que o abastecimento de feijão preto, em especial, venha a apresentar problemas, à semelhança do ocorrido no ano passado. A permanecer a sua participação sobre o total da segunda safra nos níveis observados nos três últimos anos, no caso desta vir a atingir perto de 1,1 milhão de t, ter-se-ia uma produção de feijão preto da ordem de 180 mil t, na safra da seca.

Esta expectativa de a oferta de feijão em geral, vir a ser inferior às necessidades de consumo (uma vez que o estoque remanescente do produto é praticamente nulo) acena com a possibilidade de o período de entressafra vir a ser novamente penoso para os consumidores finais da leguminosa e desgastante para as autoridades ligadas à área de abastecimento. Isto ocorrendo, medidas de última hora, tais

como o "paçote do feijão" de 1980 (ver Agroanalysis, vol. 4, nº 4) devem ser evitadas a todo custo, devendo-se, antes, optar por soluções que busquem sanar as deficiências inerentes à estrutura deste cultivo, de modo a que se possa dispensar tabelamentos e importações, como medidas supostamente reguladoras de mercado.

MILHO

Mesmo com uma boa safra, deverá haver importações

A região Centro-Sul encontra-se em fase de colheita da maior safra de milho de todos os tempos. Uma postura otimista, com maior aderência aos prognósticos oficiais, daria conta de uma produção da ordem de 23 milhões de t. Um posicionamento mais cauteloso, contudo, apontaria como um limite razoável o total de 22 milhões de t, em virtude de algumas adversidades climáticas, ocorridas ao longo do mês de fevereiro, em importantes regiões em que o cereal é cultivado.

De qualquer forma, uma observação das variáveis que conformam o balanço oferta/demanda, ao longo da temporada de comercialização da safra 1980/81, permite antever menores dificuldades para um equacionamento adequado do referido balanço. A boa colheita de agora atende aos objetivos governamentais de controle inflacionário, este mais exequível em períodos de "abundância" como será, provavelmente, a característica dos próximos seis meses.

Se, em termos de suprimento, a temporada atual deverá ser menos instável, sob a ótica dos produtores pode-se prever uma fase de preços reais inferiores aos praticados na comercialização da safra passada. Ou seja, os produtores terão que, forçosamente, equilibrar um maior volume de vendas com preços menores. Para tanto, além da ampliação da quantidade colhida, o mercado de grãos forrageiros deverá apresentar outra variável de extrema relevância: o desaquecimento da demanda por parte dos criadores de pequenos e médios animais.

Uma análise retrospectiva do complexo milho/rações/carnes, em 1980, elucida algumas questões em torno do nível de preços do cereal. No primeiro semestre, a expressiva colheita da safra do Centro-Sul (crescimento de 28% em relação ao período 1978/79) determinou uma forte depressão dos preços reais recebidos pelos produtores e dos preços praticados no mercado atacadista de São Paulo (Quadros 1 e 2).

O biênio anterior caracterizou-se por um aperto mais acentuado no suprimento global da matéria-prima. Em 1978, verificou-se uma escalada dos preços reais em todo o seu transcurso. No ano seguinte, a flutuação sazonal dos períodos de safra e entressafra foi pouco acentuada, contrariamente à situação experimentada em 1980.

No segundo semestre do ano passado, ao lado do fortalecimento da espiral inflacionária, os preços do cereal encetaram inusitada escalada especulativa.

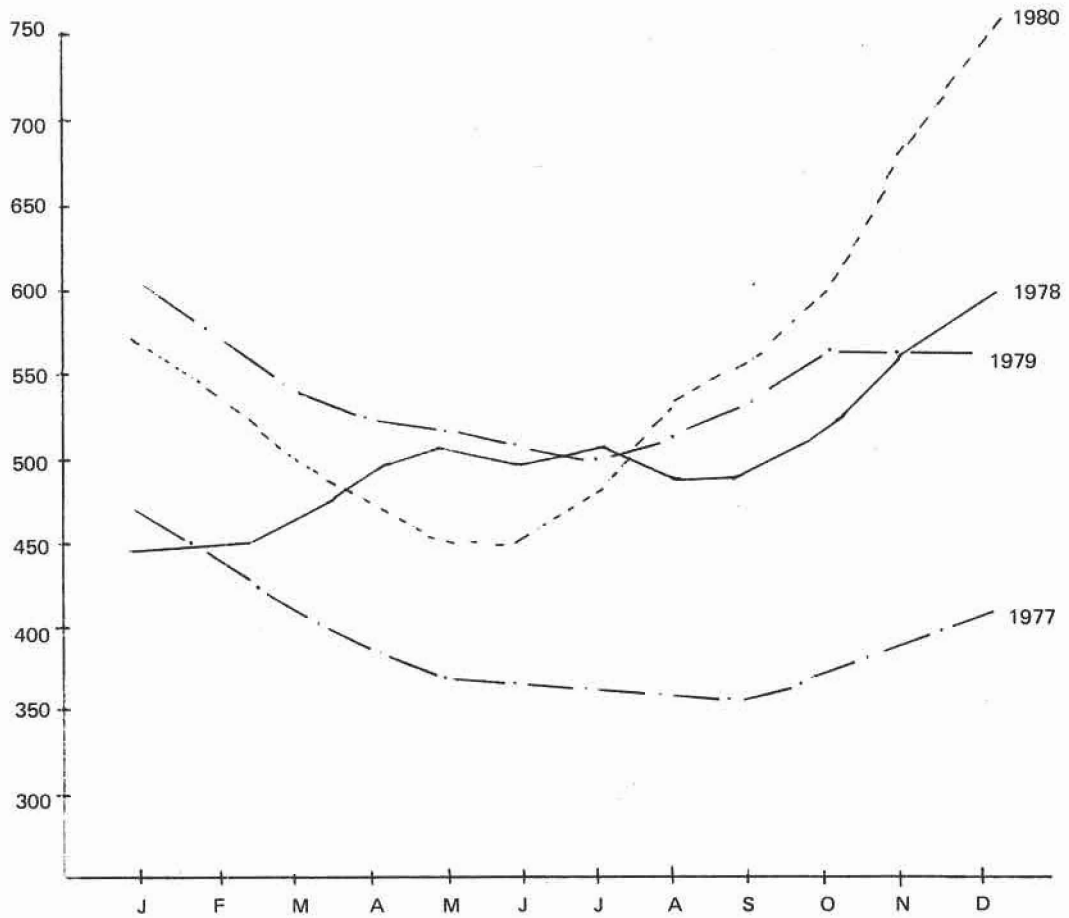
Com o mercado de carne bovina apresentando sinais de uma iminente entrada em uma nova fase cíclica de baixa, os setores avícola e suinícola, objetos de investimentos despropositados nos últimos anos, foram vítimas de duas forças desestimulantes: de um lado, a compressão do preço final, face à queda dos preços da carne bovina; de outro, os elevados preços do milho para arraçoamento. Nem mesmo a desova (mais uma vez tardia) do cereal importado, propiciou o estabelecimento de um saldo positivo na rentabilidade líquida dessas explorações.

A propósito, as importações brasileiras de milho totalizaram 2,005 milhões de t, sendo que apenas 37% desse volume foram comercializados no ano civil de 1980. Assim, as insuficientes desovas de estoques, no último trimestre de 1980, não impediram a alta dos preços; mas a sua intensificação desde o início do ano, ao lado da safra entrante, veio deprimir sensivelmente os preços, a partir de janeiro (ver Quadro 2). Do total adquirido, em pregões nas diversas Bolsas, até o presente momento, cerca de 1,52 milhão de t foram negociadas. Aproximadamente 373 mil t foram destinadas ao Norte-Nordeste, onde o programa de vendas se estenderá até junho.

A existência de elevados estoques de milho importado em poder do governo favoreceu o setor industrial, que havia adotado uma atitude caute-

QUADRO 1

BRASIL: Estados Selecionados(1) – Evolução Mensal dos Preços Reais(2) Recebidos pelos Produtores de Milho (Cr$/60 kg)



(1) Compreende as médias dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Goiás.
(2) Valores corrigidos pelo IGP – Col. 2 de Conjuntura Econômica.
FONTE: Centro de Estudos Agrícolas/IBRE/FGV.

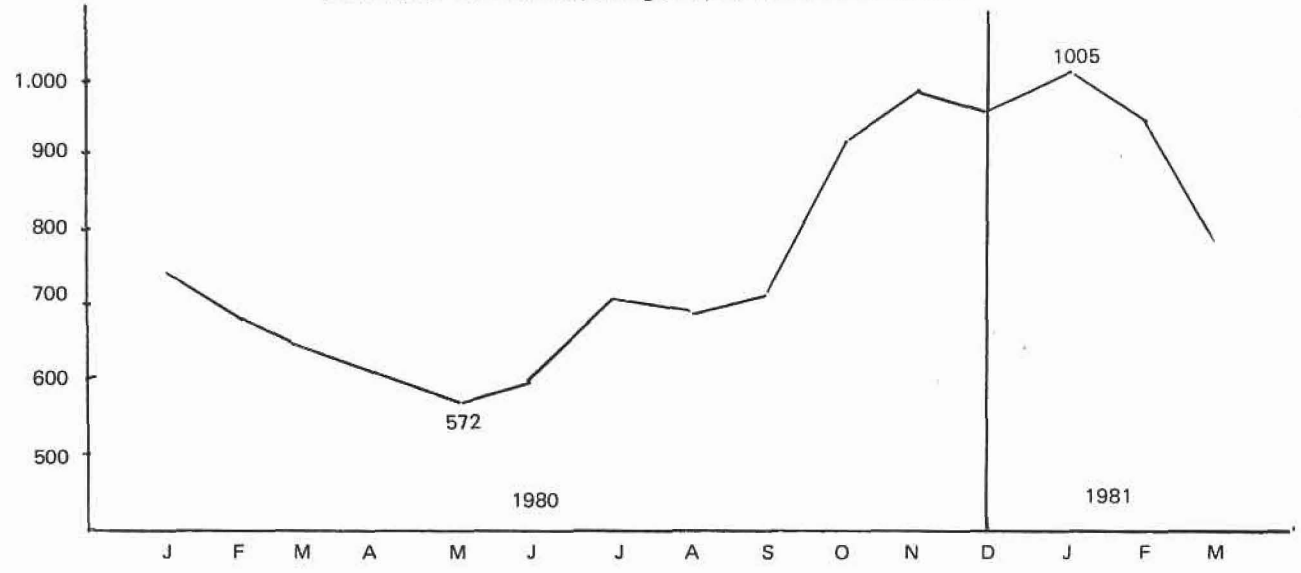
losa em sua estratégia de formação de estoques. De fato, o arrefecimento registrado na produção de carne avícola, desde os três últimos meses do ano passado afetou negativamente as indústrias de rações*. Conseqüentemente, estas recorreram aos estoques do produto importado, reduzindo suas compras do grão brasileiro, da safra 1980/81.

A formação de estoques significativos, nesse período de relativa "abundância", não é um bom negócio, principalmente levando-se em conta o elevado custo financeiro para transportar o produto no tempo. Esse ônus cresce na medida em que o preço mínimo (Cr$ 474/60 kg) é a referência para a captação de dinheiro a juros subsidiados através dos Empréstimos do Governo Federal - EGF's. Sobre a diferença entre o preço mínimo e o preço de aquisição de mercado incidiria, portanto, uma taxa de juros real. De qualquer forma, recente resolução do Conselho Monetário Nacional, reduzindo as taxas de juros dos EGF's contratados pelas indústrias de comercialização da região Centro-Sul, de 65% para 50%, representa, sem dúvida,

* estima-se que o nível de atividade dessas indústrias, em fevereiro, tenha apresentado uma queda de até 40% em relação aos meses anteriores, enquanto que, em São Paulo, a redução "normal" da atividade no período é de 15%.

QUADRO 2

SÃO PAULO: Evolução Mensal dos Preços Reais[1] do Milho na Bolsa de Cereais de São Paulo
(em Cr$/60 FOB Granel, corrigidos para Fevereiro de 1981)



1 Valores corrigidos pelo IGP — Col. 2 de Conjuntura Econômica.
* Março 81 — período de 1 a 20 — preços correntes.

um afrouxamento da situação. No entanto, esperar que essa iniciativa provoque uma corrida à formação de estoques seria demasiado otimista.

Em termos físicos, a safra 1980/81 tem evoluído dentro do esperado e confirmando tendências de há muito delineadas.

Assim, o Paraná, cada vez mais, consolida a dianteira na produção do cereal. Segundo os produtores, "o melhor clima dos últimos dez anos" foi o melhor "insumo" para a produção. O Departamento de Economia Rural do estado estima que a semeadura do milho tenha alcançado uma área de 2,36 milhões de ha (crescimento de 9% em relação a 1979/80). Em termos de produção, o novo recorde ficará entre 5,5 e 5,8 milhões de t, propiciando uma disponibilidade líquida para exportação a outros estados próxima de 1,5 milhão de t. O desenvolvimento vegetativo da lavoura descarta a possibilidade de diminuição da produtividade esperada: da área total plantada com a lavoura, 5% encontram-se em fase de floração, 15% em frutificação e 60% em maturação. Nos 20% restantes, já se procedeu à colheita, o que significa que mais de 1 milhão de toneladas encontram-se em um ritmo frouxo de comercialização, em razão dos preços insatisfatórios oferecidos aos produtores.

Em terras do Rio Grande do Sul, a expectativa de produção também é das melhores. A colheita das lavouras de tamanhos médio e grande já foi processada, enquanto os agricultores da chamada "região colonial", que produzem, em boa medida, para consumo próprio, preferem o processo de "dobra" do produto, forma rudimentar de armazenamento no campo. Em termos numéricos, a produção deverá crescer de 3,2 milhões de t, na temporada 1979/80, para um volume em torno de 4 milhões de t. As indústrias de rações do estado, como seria de se esperar, estão praticamente fora do mercado, pois os armazéns e silos ainda mantêm estoques de milho importado.

Quanto à Santa Catarina, a notória descapitalização do rebanho suinícola catarinense, nos últimos meses, é o principal fator de explicação para os baixos preços do milho naquele estado. Com apenas 15% da produção colhidos, os preços atuais recebidos pelos produtores manifestam uma tendência de forte queda, ameaçando chegar até um limite pouco superior ao defasado preço mínimo de referência. Estima-se que a produção do estado alcance 3,3 milhões de t, com o cultivo de 1,22 milhão de ha. Tais números representam um incremento de 9,6% na produção e de 8,5% em relação à área estimada pela FIBGE para a temporada anterior. Apesar desse crescimento da produção, pode-se prever uma reação do mercado, em função de uma recuperação da suinocultura, que impulsionará decisivamente a demanda pelo cereal.

À medida que se avança para as regiões mais centrais do país, o otimismo com a safra sofre alguns reparos, pois o veranico de fevereiro afetou a produtividade de forma mais ou menos generalizada. Segundo levantamentos do Instituto de Economia Agrícola, a área cultivada de milho no estado de São Paulo cresceu em todas as Divisões Regionais Agrícolas, com exceção da de Bauru. A estimativa mais recente do IEA, consolidada a partir das condições da lavoura até meados de fevereiro, é de uma produção de 2,86 milhões de t, numa área de 1,209 milhão de hectares. Confirmando-se as perdas, principalmente nas regiões de Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Campinas, é provável que a safra paulista fique em torno de 2,6 milhões de t. Dessa forma, São Paulo ainda terá que adquirir de outros estados produtores cerca de 3,4 milhões de t para a regularização do seu abastecimento.

Em Minas Gerais, a estiagem provocou pequenas perdas nas grandes regiões produtoras do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba. A quebra de safra foi mais acentuada no norte do estado e no Vale do Jequitinhonha. Segundo cálculos do GECEA, o plantio totalizou 1,769 milhão de ha, para uma produção estimada em 3,137 milhões de t, traduzindo um incremento de 4,2%, em relação à colheita do ano passado. No entanto, estimativas extra-oficiais sugerem uma produção levemente superior à previsão daquele órgão, na faixa de 3,2 a 3,3 milhões de t.

A produção de Goiás, por seu turno, poderá apresentar um decréscimo em relação à colheita de

1,75 milhão de toneladas resultantes da safra 1979/80. Não obstante a ampliação do plantio no estado, a produtividade sentirá os reflexos da menor utilização de fertilizantes (pela defasagem do VBC em relação aos gastos de custeio) bem como das dificuldades na aquisição de sementes de qualidade comprovada, à época de plantio. Por outro lado, verificou-se uma estiagem apreciável nas áreas de cultivo do cereal. Dessa forma, a produção poderá situar-se entre 1,6 e 1,7 milhão de t, suficientes para confirmar a posição de exportador líquido que o estado sempre manteve.

Conforme o exposto inicialmente, uma estimativa mais equilibrada da produção na região Centro-Sul situar-se-ia ao redor de 22 milhões de t. Como se trata de um volume altamente significativo, a estratégia governamental deve rumar no sentido de resguardar os interesses de produtores e consumidores, no decorrer do período de comercialização da safra. A perspectiva de uma redução dos preços reais do produto nos próximos meses deve, numa primeira instância, ser o foco das atenções oficiais. Assim, deve-se garantir à CFP uma flexibilidade que possibilite a sua atuação efetiva nas zonas de grande concentração da produção, comprando o cereal por preços acima do mínimo de referência. A formação de estoques por parte do governo (um mínimo de 1 milhão de t) atualmente, é o ponto de partida para o atendimento dos consumidores, a preços razoáveis, no próximo período de entressafra. É hora, então, de se lançar mão de um programa efetivo de estocagem reguladora.

Mesmo com a referida diminuição do ritmo de crescimento da produção de aves e suínos no último trimestre de 1980 e no início do corrente ano, parece relativamente certo que o país ainda recorrerá ao mercado externo para complementar a oferta doméstica do cereal. Em termos de demanda, espera-se que a produção de frangos de corte e de ovos cresça, em 1981, entre 7 e 10%, dependendo, fundamentalmente, do comportamento do segmento voltado para a exportação.

A recuperação dos preços de suínos a que se assiste, atualmente, resultará em uma pressão de demanda por milho e rações a partir de agora e, principalmente, no segundo semestre.

Por sua vez, as indústrias processadoras de milho para a fabricação de óleo deverão ter sua demanda pelo cereal incrementada em cerca de 10% na temporada atual.

A retirada do subsídio ao preço da farinha de trigo também será um fator de fortalecimento da demanda por milho. Estima-se que a necessidade deste cereal para a fabricação de farinha e fubá crescerá de 1,3 a 1,4 milhão de toneladas, em 1979/80, para cerca de 2 milhões de t, no corrente ano.

Tais incrementos na demanda são bastante significativos, na medida em que se considera que o consumo de milho, em 1980, situou-se por volta de 21 milhões de t. Além disso, a situação atual não permite maior clareza nos prognósticos relativos ao desempenho da produção no Norte-Nordeste. Em síntese, parece lícito supor que o país venha a efetuar algumas compras no mercado externo na segunda metade do ano, garantindo uma posição cautelosa quanto ao movimento dos preços, dos estoques e do consumo interno, até os meses iniciais de 1982.

SOJA

Cedendo terras no Sul e expandindo-se no Centro-Oeste

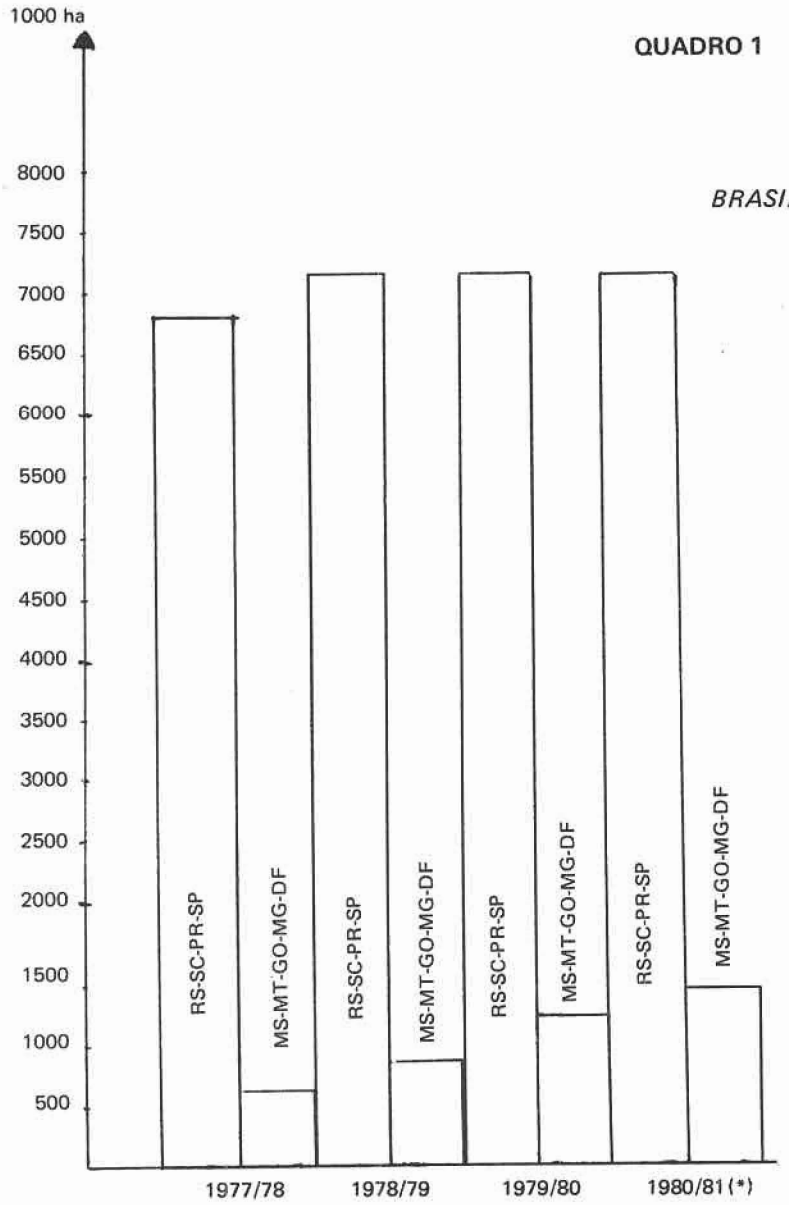
A safra brasileira de soja deverá retomar seu ritmo de expansão da produção em todas as regiões do país e atingir o volume inédito de 15,5 milhões de t. A produção de 1980 ainda refletiu, como nos dois períodos anteriores, problemas de estiagem. Foi o que sucedeu, por exemplo, às lavouras gaúchas, no início daquele ano, reduzindo a produtividade estadual para apenas 1.440 kg/ha.

Atualmente, com a maior parte da produção praticamente garantida, algumas considerações podem ser feitas. Em nível nacional, a área semeada com a soja deverá se situar em torno de 8,75 milhões de ha, quase idêntica à de 1980. Entretanto, houve modificações inter-regionais. Os estados da região Sul e, também, São Paulo, liberaram aproximadamente 180 mil ha antes ocupados com soja, enquanto nos estados do Centro-Oeste e Minas Gerais a soja conquistou uma área equivalente àquela perdida no Sul.

Os dados da área de plantio es-

QUADRO 1

BRASIL – Área Ocupada com Soja por Grupos de Estados
1977/78 - 1980/81



(*) Estimativa.
FONTE: FIBGE, CFP.

tão apresentados, no Quadro 1, em dois grupos distintos: o dos estados que plantaram menos soja (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo) e o dos que aumentaram o cultivo (Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Distrito Federal). Estes dados espelham uma tendência que já se vem esboçando, há algum tempo: relativa estagnação das áreas de soja no Sul do país (em 1981, houve, mesmo, um decréscimo absoluto de 2,5% em relação a 1980) e crescimento do plantio nas regiões mais centrais, podendo vir a se expandir também fortemente em áreas de cerrado.

As razões dessa expansão em direção ao Brasil Central são várias. Em primeiro lugar, durante quase toda a década de 70, a soja conquistou indistintamente, por toda a região Sul, áreas anteriormente cultivadas com outras espécies vegetais, ocupadas com pastagens ou, ainda, regiões de floresta. Mais recentemente, pelas próprias características assumidas pelo cultivo da leguminosa no país — lavouras altamente tecnificadas — essa expansão parece estar encontrando barreiras, nos estados sulinos. Tais obstáculos seriam, entre outros fatores, de ordem física, por exemplo, pois o cultivo mecanizado exige terras relativamente planas, recurso cada vez mais escasso naqueles estados. As restrições seriam ainda de caráter econômico, uma vez que a limitação do crédito para investimento e os altos preços de máquinas e equipamentos exigidos nas lavouras da soja dificultam a entrada de novos produtores, principalmente os pequenos, que predominam no sul do país.

Além disso, as altas cotações alcançadas pelo milho no mercado interno, em 1980, tornaram-no uma alternativa atraente ao cultivo da leguminosa. Na safra 1980/81, a competição entre o milho e a soja tornou-se mais acirrada, não só em função da variável preço mas, também, pelo fato de que, em áreas pequenas, que utilizam, em grande parte, mão-de-obra familiar, o milho pode ser uma opção mais vantajosa, do ponto de vista do produtor.

De fato, o item mão-de-obra é o mais oneroso na composição dos custos de produção e, no caso do milho, cuja colheita manual é mais simples e menos dispendiosa do que a da soja, o emprego intensivo do trabalho da família não só se adequa às condições da propriedade (que não dispõe de recursos para os altos aluguéis de colheitadeiras) como propicia um aumento da margem bruta do agricultor.

Se os preços do milho e sua maior adequação, em termos econômicos, a certos tipos de propriedade, foram capazes de deslocar a soja, no sul do país, na safra 1980/81, a cana-de-açúcar, carro-chefe do programa energético, causou o mesmo fenômeno em São Paulo. Pela primeira vez desde que a sojicultura foi introduzida naquele estado, registrou-se um decréscimo da área plantada com a oleaginosa.

No entanto, é importante atentar para o fato de que, se novos competidores estão surgindo para a leguminosa, no sul, a soja vem caminhando a passos largos em direção ao norte, com maior penetração nos estados de Mato Grosso do Sul e Goiás. A crescente ocupação de vastas áreas da região Centro-Oeste com o cultivo da soja, conforme apresentado no Quadro 1, representa, sem dúvida, um novo ciclo de expansão da leguminosa, que vem encontrando, nas terras recentemente incorporadas à exploração agrícola, condições propícias, não só de clima e de solo mas, também, de competitividade com outras culturas. Tudo indica que, apesar da distância entre essas novas zonas de produção e os centros consumidores do grão para processamento, a disponibilidade de vastas áreas, a preços significativamente inferiores aos praticados na região Sul, tem tornado o cultivo da soja bastante remunerador, nos estados centrais. Este fato fica evidente quando se constata que a participação da região Centro-Oeste, na atual safra nacional, será da ordem de 12%, e que a produtividade média regional é superior aos 1.550 kg/ha obtidos no Rio Grande do Sul, em anos de produção normal.

Singularmente, a sojicultura gaúcha deverá obter, na presente safra, os melhores rendimentos por hectare desde 1977, quando foram colhidos 1.627 kg/ha. Apesar do ligeiro atraso no plantio, a regularidade das chuvas em janeiro e fevereiro propiciou um excelente desempenho das lavouras,

cuja colheita principiará em fins de março. Já no Paraná, ocorreram chuvas incessantes entre o final de dezembro e o início de janeiro. O calor e a excessiva umidade, gerada pelas chuvas, causaram infestações de ervas daninhas que, em razão dos altos custos dos herbicidas, têm sido combatidas com capinas manuais. Ainda assim, a produtividade média estadual deverá situar-se em torno dos 2.200 kg/ha, enquanto a produção deverá ultrapassar, novamente, as 5 milhões de t.

Em relação às demais regiões produtoras, as maiores preocupações se concentram em Minas Gerais e Goiás, onde vem ocorrendo um veranico que poderá causar reduções nas produtividades médias desses dois estados.

De um modo geral, as condições climáticas favoráveis à cultura propiciarão uma produção capaz de contrabalançar os custos de produção, considerados elevados na presente safra. Encarecimentos constantes dos preços dos insumos à base de produtos importados induziram o agricultor a utilizar o mínimo necessário, em suas lavouras. Além disso, mão-de-obra, máquinas e crédito de comercialização também se tornaram mais caros, em 1981.

A resposta do produtor tem sido, de certo modo, uma maior racionalização no uso dos fatores de produção. Aumenta cada vez mais a aceitação do Sistema Integrado de Manejo de Pragas, desenvolvido pela Embrapa, introduzido inicialmente no Paraná, e que foi empregado com sucesso, nesta safra, também em Minas Gerais. A prática desse Sistema possibilita a redução do número de aplicações de defensivos de seis para duas vezes, em média, por temporada.

Outros problemas, entretanto, persistem. O crescimento dos custos de mão-de-obra e os altos preços de máquinas e equipamentos pesados são reflexos de problemas de ordem estrutural. Por conseguinte, serão de difícil superação. De fato, a substituição, anos a fio, de homens por máquinas, expulsou os primeiros e, hoje, com o encarecimento das máquinas — pela abolição do subsídio ao crédito de investimento — os trabalhadores disponíveis para substituí-las se tornaram relativamente mais escassos e, também, mais caros.

Efetivamente, segundo cálculos da Fecotrigo, os custos de mão-de-obra cresceram 22%, em termos reais, entre 1978 e 1981, enquanto o acréscimo nos insumos foi de 13% e o custo de máquinas e implementos aumentou 12%, no mesmo período.

Estes dados estão apresentados no Quadro 2, onde se observa, ainda, que os grandes acréscimos de preços em termos nominais, registrados nos itens máquinas e insumos, entre 1980 e 1981, na verdade se mostraram estáveis, em termos reais. O que se pode concluir, portanto, é que os preços dos principais componentes de uma lavoura de soja limitaram-se a acompanhar o ritmo inflacionário.

A mesma coisa não se pode dizer, entretanto, de outros tópicos de menor expressão no custo total, mas que, segundo estimativas dos produtores, tiveram acréscimos reais de preços significativos. Este é o caso dos financiamentos, do Funrural e do Imposto Territorial Rural, que teriam contribuído com a maior parcela dos 7,5% de aumento nos custos totais, com o valor corrigido.

Contudo, se os custos de produção da soja se mantiveram em ritmo ascendente, nesta temporada, é importante ter em vista, por outro lado, como se comportarão as cotações da leguminosa, em 1981. No mercado internacional, os preços da soja deverão situar-se em torno de US$ 7,75 por *bushel*, segundo previsão do USDA, o que viabilizaria preços médios, pagos aos sojicultores brasileiros, entre Cr$ 1.000 e Cr$ 1.200 por saca de 60 kg. Esse patamar é 100% superior ao vigente em 1980, quando o produtor nacional recebeu algo em torno de Cr$ 550,00 por saca de soja vendida. Isto significa que os preços deverão apenas acompanhar os índices inflacionários.

No entanto, é necessário ressaltar que, não fosse a quebra da última safra norte-americana, o produtor de soja brasileiro estaria com sua remuneração, em termos reais, efetivamente comprometida. Senão, vejamos: a safra brasileira de 1981 coincide com uma séria quebra na produção norte-americana de oleaginosas e de soja, em particular, o que provocou aumentos significativos nas cotações da Bolsa

de Chicago. São essas cotações, projetadas pelo USDA em 12% acima dos preços médios da soja exportada pelo Brasil, em 1980, segundo a Cacex, que poderão proporcionar ao produtor brasileiro receita semelhante àquela obtida em 1980.

Variações nessas expectativas são ainda possíveis, na medida em que o período de comercialização da safra do Hemisfério Sul apenas se inicia. Mudanças nos fundamentos de mercado, em termos de um crescimento da demanda global pela oleaginosa, por exemplo, poderão viabilizar melhores preços aos produtores nacionais.

Entretanto, é da política cambial que dependerá a manutenção das receitas dos produtores em patamar semelhante ao de 1980. Isto porque, apenas se forem efetuadas desvalorizações do cruzeiro que reflitam de modo realista a desvalorização da moeda nacional em relação ao dólar norte-americano, é que a remuneração real do sojicultor será preservada. Este fato não ocorreu, em 1980, quando a inflação interna atingiu os 100% e a desvalorização cambial foi de apenas 54%. Disso decorre que, hoje, a contrapartida em cruzeiros da moeda norte-americana é menor do que há um ano.

A supervalorização da moeda representa um ônus para todo o setor exportador. No caso do complexo

QUADRO 2

RIO GRANDE DO SUL — Custos Nominais e Reais de Produção de Soja — 1977/78 a 1980/81

Discriminação	Custos Nominais (Cr$/ha)				Custos Reais(1) (Cr$/ha)			
	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81
Construções e Instalações	99	131	213	421	456	428	435	421
Máquinas e Implementos	1.027	1.327	2.577	5.299	4.733	4.327	5.269	5.299
Mão-de-Obra	305	431	821	1.713	1.407	1.406	1.677	1.713
Insumos Modernos	1.706	2.230	4.390	8.892	7.863	7.272	8.974	8.892
Transporte Externo Contratado	152	165	363	655	701	538	743	655
Financiamento	282	363	688	2.548	1.299	1.184	1.407	2.548
Funrural	96	169	238	690	441	550	486	690
Arrendamento	168	297	419	883	775	969	856	883
ITR	2	2	3	245	7	6	6	245
Total	3.837	5.114	9.711	21.346	17.682	16.680	19.853	21.346

(1) Foram considerados os preços em setembro de cada ano, reajustados para setembro de 1980 pelo IGP (col. 2 de "Conjuntura Econômica").
FONTE: Fecotrigo.

soja, esse ônus acaba recaindo mais pesadamente sobre a exportação de matéria-prima, pois a venda externa de grãos paga a maior alíquota de ICM (13%) e não se beneficia dos incentivos à exportação, facultados aos manufaturados pela Resolução 602 do Banco Central. Esse dispositivo concede financiamentos especiais para exportação — a juros de 42% ao ano — às empresas produtoras.

O estímulo sistemático à exportação de manufaturados brasileiros tem sido, em muitos casos, prejudicial ao setor primário de exportação. No caso da soja em grão, soma-se, às distorções já mencionadas, o sistema de quotas de exportação mais restritivo para o produto *"in natura"* do que para os derivados.

As autoridades devem atentar para o fato de que, com o crescimento da produção da oleaginosa, tanto no Brasil como nos países vizinhos, torna-se viável um intercâmbio comercial mais fluido, minimizando o problema da ociosidade de nosso parque industrial.

Como para a safra passada, a quota de exportação de grãos, no ano comercial 1981/82, foi fixada em 1,5 milhão de t, o que liberará algo em torno de 13 milhões de t para esmagamento, excluindo-se o estoque inicial e as importações. Deste montante, deverão ser produzidas aproximadamente 10,14 milhões de t de farelo e 2,34 milhões de t de óleo, distribuídas entre mercado interno e externo, de acordo com quotas fixadas após entendimentos entre a Cacex e o conjunto dos exportadores. Segundo essa sistemática, 3 milhões de t de farelo serão reservadas para o mercado interno, devendo o restante ser liberado, em parcelas, para exportação. O mesmo deverá ocorrer com o óleo, cuja reserva para o mercado doméstico deverá ser de 1,76 milhão de t, sendo as 580 mil t restantes liberadas para a venda ao exterior. Se, efetivamente, forem liberadas para a exportação as quantidades mencionadas anteriormente, o complexo soja poderá contribuir com 2,53 bilhões de dólares para a balança comercial (ver Quadro 3).

Por sua vez, as quotas de farelo e de óleo destinadas ao consumo doméstico parecem ser suficientes para atender à demanda interna. Resta saber, contudo, se a evolução das cotações internacionais permitirá às indústrias o fornecimento dessas quotas a preços condizentes com a política anti-inflacionária do governo federal.

QUADRO 3 *BRASIL — Estimativa da Receita de Exportações do Complexo Soja — Ano Comercial — março-81/fevereiro-82*

	Quantidade (1.000 t)	Preço Médio(1) (US$/t)	Valor Total (US$ milhões)
Grão	1.500	285	427,5
Farelo	7.140	253	1.806,4
Óleo	580	518	300,4
Total			2.534,3

(1) Preços projetados pelo USDA, para a temporada em curso.
FONTE: USDA.

Impresso na COMPANHIA BRASILEIRA DE ARTES GRAFICAS
RUA RIACHUELO, 128 TEL. 222-3359

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 — Caixa Postal: 9.052 — ZC–02
Tel.: 551-1542
CEP: 22.250 — Rio de Janeiro — RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Alberto Sá Souza de Brito Pereira, Carlos Medeiros Silva, Eugenio Gudin, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, José Joaquim de Sá Freire Alvim e Octávio Gouvêa de Bulhões

CONSELHO CURADOR
Presidente: Alberto Pires Amarante
Vice-Presidente: João Carlos Vital
Membros: Aldo Batista Franco, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Neto, Antônio Ribeiro França Filho, Apolônio Jorge de Faria Salles, Celso Timponi, Cezar Reis de Cantanhede e Almeida, Estado de São Paulo, Francisco Montojos, Heitor Campello Duarte, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Instituto de Resseguros do Brasil, José de Nazaré Teixeira Dias, Embaixador Manoel Pio Corrêa Jr., Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rafael da Silva Xavier, Rubens d'Almada Horta Pôrto, Theodoro Arthou.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mario Henrique Simonsen
Membros: Eugenio Gudin, Janes Angelo de Souza, Julian Magalhães Chacel e Mario Henrique Simonsen
Assessor de Direção: Jorge Kingston

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mario Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:
Diretor: Julian Magalhães Chacel

Divisão de Contabilidade Social:
Diretor: Angelo Jorge de Souza
Centro de Contas Nacionais: Ralph Miguel Zerkowski
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira

Divisão de Estatística e Econometria:
Diretor: Janes Angelo de Souza
Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica: Roberto Maia de C. Abib
Centro de Processamento de Dados — Eugênio Decourt
Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional — Antônio Carlos Lemgruber



Não sendo encontrado o destinatário, devolver ao
GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRICOLA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Av. Gomes Freire, 647 – 10º andar
ZC-58 - RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL